

Em defesa da Gráfica do Senado

Agaciel da Silva Maia

Mais uma vez o Centro Gráfico do Senado e seus profissionais passam a ser responsáveis pelo episódio da confecção de determinados tipos de impressos por parlamentares, dentro de sua quota de publicações, explorado politicamente no momento.

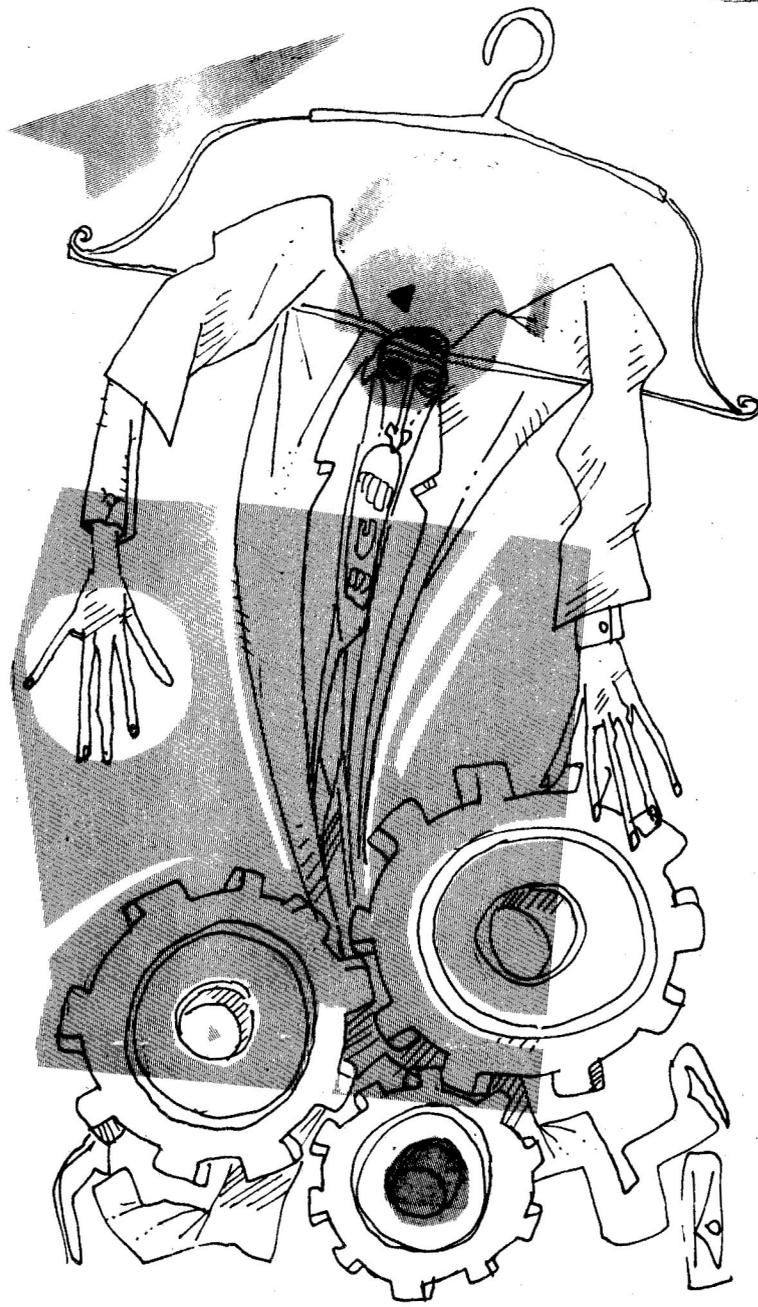
Mostram alguns dos críticos falta de conhecimento sobre o funcionamento do órgão, hoje parte integrante e garantia de segurança da própria autonomia do Poder Legislativo, vez que é responsável por todos os impressos que circulam dentro do Congresso Nacional, desde o bloco de rascunho utilizado pelo parlamentar para redigir seu projeto de lei até a confecção dos anais, registrando para o presente e posteridade a atuação de cada congressista nas duas Casas que compõem o Poder Legislativo. Na realidade, o Cegraf é o instrumento que viabiliza a documentação da história do Parlamento brasileiro, por conseguinte, a do próprio Brasil.

É sempre bom lembrar que a Gráfica do Senado surgiu de uma crise entre os Poderes Executivo e Legislativo, conforme depoimento do jornalista Ari Cunha, publicado no *Correio Braziliense*, de 26/08/93.

“Corria o ano de 1963, e presidia o Senado Auro de Moura Andrade, homem pouco afeito a aceitar imposições. O entendimento entre o Congresso e o presidente da República não era o melhor, e Jango mandou censurar o *Diário do Congresso*. Ou melhor: mandou retirar a íntegra de um discurso ofensivo ao governo. Auro não engoliu e achou desafiador. Já precisara, antes, de metralhadoras para defender a sede do Congresso, que foram emprestadas pelo governador Mauro Borges, de Goiás. Ali estava um desafio. Tinha que fazer a impressão das sessões e dos atos do Congresso sem a tutela do Executivo.”

Na verdade, impressos como as quotas dos parlamentares representam menos de 10% das atividades industriais do Centro Gráfico. A maior parte dos trabalhos gráficos referem-se à impressão de três diários — *Diário do Congresso Nacional*, partes I e II, referentes ao Senado Federal e Câmara dos Deputados, e o *DCN* (Conjunto), quando as duas Casas realizam sessão do Congresso Nacional; os avulsos, que são proposições legislativas, tipo projetos de lei, resoluções, mensagens oriundas do Poder Executivo e *Ordens do Dia*; os relatórios das Comissões Permanentes e Temporárias, das CPIs, e aquelas que são consideradas publicações técnicas (*Revista de Informação Legislativa*, *Legislação sobre o Meio Ambiente* e outras), de fundamental importância para o exercício da atividade parlamentar.

A título ilustrativo, sobre a im-



portância do funcionamento do Cegraf, quando da apresentação da carta-renúncia do presidente da República que definia o processo de impeachment, foi necessário que o Centro Gráfico imprimisse em apenas 20 minutos a edição do *Diário do Congresso Nacional* para viabilizar a posse do presidente Itamar Franco, na sessão da tarde do mesmo dia.

Quando da promulgação da Constituição brasileira, em outubro de 1988, entre o domingo à tarde (encerramento dos autógrafos dos constituintes) e a sessão solene da quarta-feira seguinte, dia 5, foram impressos 160 mil exemplares da Constituição, distribuídos em todo o Brasil, no mesmo instante em que era promulgada.

Esta mesma Constituição, pela primeira vez na história do Brasil, foi traduzida para três idiomas — inglês, francês e castelhano —, impressa na Gráfica do Senado e difundida em vários países.

A agilidade da impressão, combinada com a qualidade dos seus serviços, faz com que o Cegraf receba constantemente elogios pelos trabalhos que produz. O deputado Ulysses Guimarães e o senador Afonso Arinos dirigiram ao Cegraf o seu reconheci-

mento durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, 1987/88, onde, entre as obras técnicas de subsídios aos constituintes, os 24 projetos das subcomissões, as emendas aprovadas em todas as fases, inclusive as populares, até a impressão final do texto constitucional, foram transformadas 2.200 toneladas de papel em documentos.

Os impressos oficiais solicitados ao Cegraf caracterizam-se pela urgência na sua tramitação, exigindo que equipes de trabalho se revezem em turnos que adentram a madrugada, pois normalmente só chegam à noite, e têm prazos regimentais exíguos para sua divulgação.

O próprio ministro Sydney Sanches, então presidente do STF, que presidiu com isenção e como jurista que é, o processo de impeachment, ressaltou o bom trabalho do Centro Gráfico, por ter cumprido dentro dos prazos regimentais a impressão de todas as peças necessárias a compor o processo que resultou na substituição do presidente da República.

Na CPI do Orçamento foram consumidas mais de cem toneladas de papel em relatórios e depoimentos. Mesmo estando em

jogo a sorte de membros do Poder Legislativo, o Cegraf manteve-se fiel a sua função institucional, cumprindo na forma da lei os prazos legais para impressão e divulgação dos documentos, não chegando ao conhecimento da imprensa e da opinião pública qualquer retardamento na confecção dos relatórios que condenavam vários membros do Parlamento.

Funciona dentro do terreno onde está localizado o Cegraf a usina geradora de energia do Senado. Essa usina existe porque, no período autoritário, muitas vezes quando um parlamentar de oposição criticava da tribuna o governo de então, misteriosamente apagavam-se as luzes do plenário e todo o Congresso ficava às escuras.

É por isso que o Senado Federal se cercou de todos esses cuidados, criando seu próprio Centro Gráfico, a fim de que não dependesse das amarras de outro Poder. No caso da impressão de suas publicações, dependia da Imprensa Nacional, pertencente ao Poder Executivo.

Sempre que se deseja falar depreciativamente do Cegraf vêm à baila as admissões ocorridas em 1984, há dez anos, como se elas tivessem sido feitas apenas no Legislativo. Nunca é ressaltado que naquela ocasião as admissões se deram em caráter geral em toda a Administração Pública, justamente quando se processava a transição do regime autoritário para o democrático.

O certo é que a qualidade e a rapidez com que são confeccionadas as publicações no Cegraf devem-se ao profissionalismo dos seus servidores, gráficos conscientes da responsabilidade e da função institucional do órgão.

As críticas são importantes quando são construtivas, até mesmo para que haja mutações nos costumes e no “modus operandi” de uma instituição. Não é justo esconder a verdade e não ressaltar os aspectos positivos da organização.

O Centro Gráfico do Senado é um órgão que se restringe a publicar matérias inerentes ao Congresso Nacional. Não participa de licitações em órgãos públicos ou empresas privadas, como também não executa trabalhos para particulares.

Essa é uma decisão adotada pela atual administração, desde o início de sua gestão, quando o parque gráfico representava apenas 30% de sua capacidade de produção atual.

Na verdade, o Centro Gráfico do Senado é a imprensa oficial do Congresso Nacional; e sua existência é necessária para a própria manutenção e autonomia do Poder Legislativo, com um dos pilares que sustenta a nova democracia brasileira.

■ Agaciel da Silva Maia é diretor-executivo do Centro Gráfico do Senado Federal